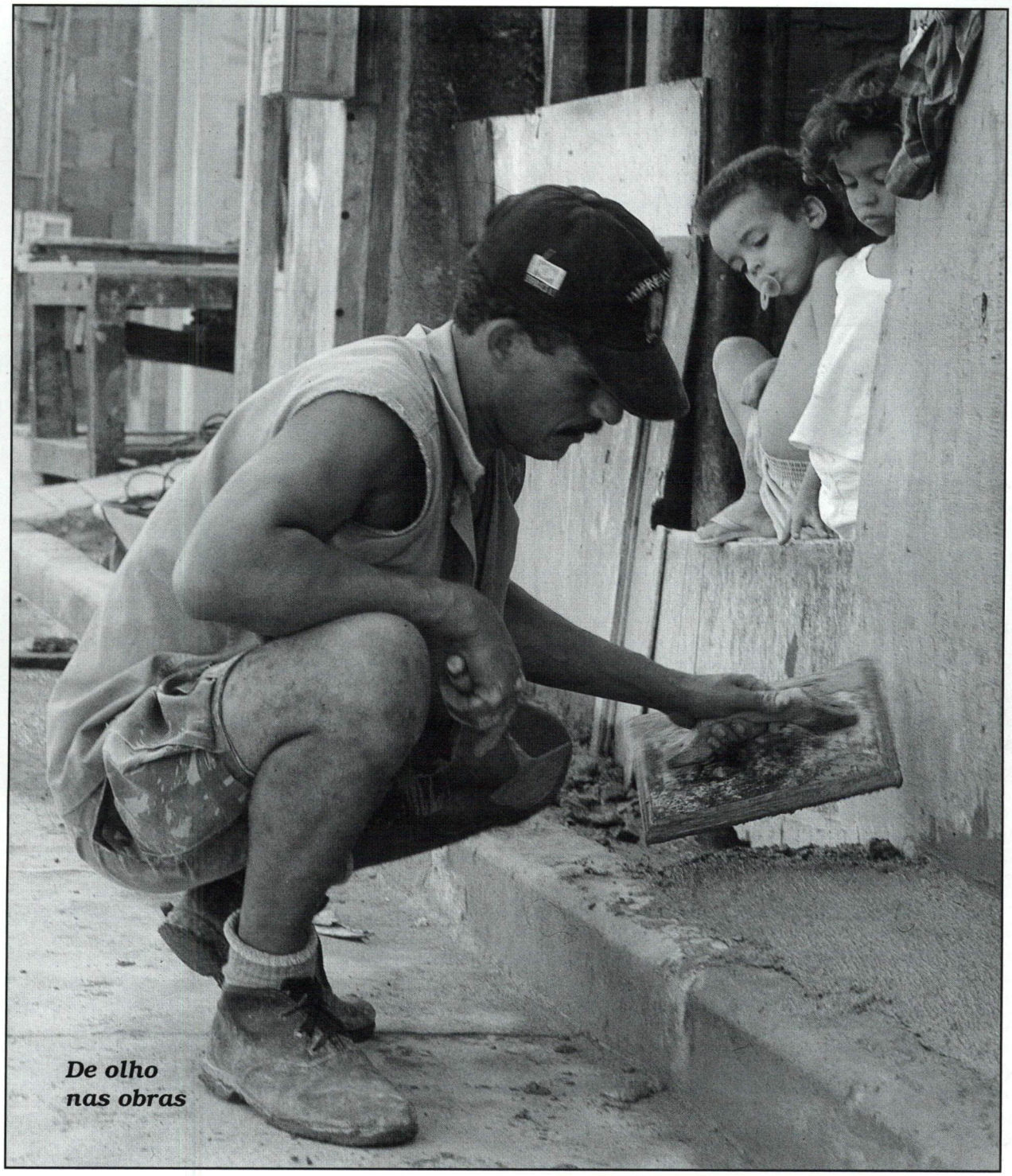
O BID

Banco Interamericano de Desenvolvimento • Março de 1997

O custo da violência



De olho nas obras

Retrospectiva econômica 1996 ■ Um futuro para áreas verdes
Aumentar a renda, não os impostos ■ Negócio do ano no Peru

ESTE MÊS

EM FOCO

Bom, mas não o suficiente 3
A América Latina e o Caribe tiveram um crescimento econômico modesto mas sólido em 1996, mas é preciso mais do que isso para elevar de verdade os padrões de vida.

A REGIÃO

Violência: barreira ao desenvolvimento 4
O crime violento, antes um tema secundário na maior parte da América Latina, tornou-se uma preocupação central para os cidadãos.

O BANCO

Revendo um ano de financiamento 6
Resumo de projetos financiados pelo Banco, pela Corporação Interamericana de Investimentos e pelo Fundo Multilateral de Investimentos em 1996.

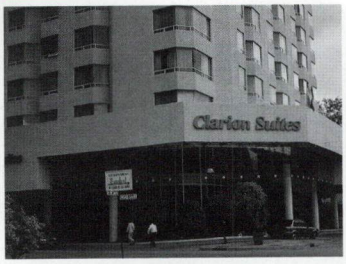
Receita maior sem aumento de impostos 8
Empréstimo do BID à província de Buenos Aires ajudará o governo a fazer a reforma fiscal e melhorar os serviços.

Mais cooperação com bancos sub-regionais 8
Nova política do BID para os quatro bancos de desenvolvimento sub-regionais pode acelerar projetos de integração.

O BANCO

Novo projeto privado no Peru 9
Um projeto inovador para financiar a primeira central elétrica movida a gás natural é chamado de "o negócio do ano".

O BANCO EM AÇÃO



Notícias da região 10
Ampliação do acesso ao Porto de Haina na República Dominicana; jovens restauradores em Trinidad e Tobago; hotel para gente de negócios na Guatemala.

NOVOS PROJETOS

Operações recentes 12
Reformas fiscais no Brasil e na província de Buenos Aires, gasoduto privado na Colômbia, investimento privado no Haiti e serviços sociais básicos no Equador.

MEIO AMBIENTE

Mais verde para as cidades 16
Especialistas ambientais estudam meios de aumentar as áreas verdes das cidades da região.

CAPA

De olho nas obras
José Lourenço dá os retoques finais na calçada de uma das primeiras favelas que se beneficiaram de um programa do BID para fornecer serviços a 300 das comunidades mais carentes do Rio de Janeiro. *(Foto: David Mangurian, BID.)*

Volume 24 Número 3
O BID acompanha o desenvolvimento econômico e social da América Latina e do Caribe, assim como as atividades do Banco. É publicado dez vezes por ano, em português, inglês, francês e espanhol.

Todo o material, inclusive fotografias, pode ser reproduzido, desde que atribuído a *O BID*.

Editor
Roger Hamilton
Editores associados
Samuel Silva
Paul Constance
Editora assistente
Claudia Estrada
Editor contribuinte
David Mangurian
Edição em português
Eloisa Marques
Desenho gráfico
Cecilia Jacobson
Fotógrafos
Willie Heinz, Luis Portillo
Produção
Word Express

Contato para assinaturas grátis de *O BID*: Livraria do BID, E-0105, Assessoria de Relações Externas, BID, 1300 New York Ave., N.W., Washington, D.C. 20577. Fax: (202) 623-1709; tel.: (202) 623-1753; internet: idb-books@iadb.org

O Banco em resumo
O Banco Interamericano de Desenvolvimento é uma instituição financeira internacional fundada em 1959 para contribuir para acelerar o desenvolvimento econômico e social da América Latina e do Caribe. São membros do BID 28 países do Hemisfério Ocidental e 18 países extra-regionais.

Em 36 anos de operações, o Banco ajudou a financiar projetos que representam investimentos de mais de US$206 bilhões. Contribuiu também para uma distribuição mais eqüitativa dos benefícios do desenvolvimento e foi pioneiro no financiamento de projetos sociais.

Perguntas? Comentários?
Para entrar em contato com o departamento editorial, envie mensagem para editor@iadb.org ou cartas para o endereço ao lado.

Uma versão eletrônica de *O BID* em inglês está na página do Banco na internet sob a rubrica "Press Services" em http://www.iadb.org. Permite o acesso a comunicados de imprensa do Banco, resumos de projetos e monografias.

Mais ganhos do que perdas

As economias da região cresceram 3,1% o ano passado, um desempenho respeitável graças a reformas econômicas, apoio da comunidade internacional e uma economia mundial geralmente propícia. O resultado de 1996 representou uma melhora acentuada em relação ao melancólico crescimento de 1% de 1995, ano que será lembrado pela crise econômica e financeira do México e da Argentina. O atual impulso deveu-se em grande parte à recuperação dos dois países, mais rápida que o previsto, segundo um levantamento preparado pelo Economista-Chefe do BID para o *Relatório Anual 1996*.

No conjunto da região, o investimento real cresceu quase 6% em 1996. No Chile, chegou a 13%, a taxa mais alta. Também na Argentina e no México o crescimento foi forte, 12%, contrastando com as quedas de 16% e 40%, respectivamente, em 1995.

A região não ganhou muito em salários e empregos.

A frente social. Apesar desses ganhos, o desempenho econômico, segundo o relatório, não foi bom o bastante para que os países fizessem progressos reais no emprego e nos salários.

"Embora se tenha feito muito nos anos 90 para aumentar o investimento regional em educação e saúde a partir dos níveis deprimidos dos anos 80", observa o relatório, "resta muito a ser feito para melhorar a quantidade e especialmente a qualidade desse investimento para que a América Latina realize o seu potencial de crescimento e garanta que os benefícios do crescimento sejam compartilhados por todos."

O desemprego continua a ser um problema especialmente exasperante. Os dados preliminares de 1996 mostram que subiu de novo.

É particularmente inquietante o fato de que os índices de desemprego subiram durante a maior parte da década, mesmo em períodos de crescimento relativamente rápido.

O impulso do capital privado. O ano passado os fluxos de capital para a região mantiveram-se estáveis, em torno de US$50 bilhões, mas sua composição mudou consideravelmente. Em 1995, mais de metade dos recursos recebidos do exterior pela América Latina vieram de fontes oficiais e visavam em grande parte conter as crises da Argentina e do México. O ano passado, porém, os fluxos oficiais ganharam um sinal negativo, pois o México pagou grande parte do apoio recebido. Enquanto isso, os fluxos de capital privado voltavam aos níveis anteriores à crise.

Outro ponto positivo foi a queda geral da inflação e dos déficits fiscais. Em 1996 a taxa mediana de inflação da região foi a mais baixa desde 1977, cerca de 11%, contra 13% no ano anterior.

Ao mesmo tempo, o déficit fiscal médio da região caiu de pouco mais de 2% do PIB para menos de 1,5%. Dois exemplos particularmente dignos de nota foram o Brasil, que cortou seu déficit de 5% do PIB em 1995 para 3% em 1996, e a Venezuela, onde o déficit encolheu para 3% contra 6% em 1995.

Embora reconhecendo as realizações da região em 1996, o BID aconselha prudência.

▶ *Eqüidade.* O desafio da região é transformar a recuperação em crescimento sustentado e partilhado.

▶ *Desemprego.* O desemprego persiste em altos níveis, acentuando a necessidade urgente de reavaliar regulamentos possivelmente ultrapassados e contraproducentes do mercado de trabalho.

▶ *Disciplina fiscal.* Os sistemas públicos de pensões têm de ser reformados e é imperioso tomar medidas para evitar que a descentralização fiscal solape a disciplina fiscal.

▶ *Serviços sociais.* A qualidade do investimento em educação e saúde tem de ser melhorada.

— o editor

DAVID MANGURIAN—BID

Avanços em 1996

A Colômbia privatizou usinas de eletricidade correspondentes a 20% da capacidade instalada do país.
A Bolívia assinou um acordo para ingressar no Mercosul em 1997.
O Brasil preparou o terreno para privatizar a Vale do Rio Doce, maior exportadora de minério de ferro do mundo.
O Chile entrou para o Mercosul como associado.
A Costa Rica ampliou o papel do setor privado no sistema bancário, permitindo às instituições privadas oferecer ao público depósitos à vista.
O Panamá aderiu à Organização Mundial do Comércio e prometeu liberalizar seu regime comercial.
O Paraguai promulgou uma lei para reforçar a supervisão bancária.
O México melhorou a contabilidade e os padrões de informação dos bancos.
A Venezuela montou um plano de longo alcance para estabilizar a economia e ativar o crescimento.

VIOLÊNCIA

O custo oculto do crime

A escalada da violência prejudica gerações futuras

Paul Constance

O crime violento, antes considerado um problema marginal na maioria das sociedades latino-americanas e caribenhas, tornou-se uma preocupação central para os governos e para os cidadãos comuns de toda a região.

Tanto na natureza quanto nas proporções, o crime violento mudou profundamente nos últimos anos. Antes ligada a conflitos políticos entre governos militares e grupos de oposição, a violência está hoje quase sempre associada ao tráfico de drogas, às *gangs* e a roubos que ameaçam todos os setores sociais.

A taxa média de homicídios da região, medida em mortos por ano por 100.000 habitantes, quase dobrou entre 1980 e 1991, passando de 12,8 para 21,4, segundo as Nações Unidas. Residentes de bairros urbanos e suburbanos que se consideravam seguros no começo dos anos 80 agora temem arrombamentos, estupros, seqüestros e assaltos.

Frustradas por instituições policiais incompetentes e sistemas judiciais que não punem nem sequer os reincidentes, algumas comunidades tomaram a lei nas próprias mãos, detendo, espancando e por vezes matando suspeitos, numa chocante reedição dos vigilantes do século 19.

Assalto contra o futuro. Os indícios recentes mostram que, além de causar terríveis custos humanos, o crime violento é uma ameaça contra o desenvolvimento da região a longo prazo. Embora seja difícil definir de modo exato a carga fiscal que este problema representa para a sociedade, Mauricio Rubio, professor de economia na Universidade dos Andes, estimou recentemente que o crime custa à Colômbia o equivalente a 15% de seu PIB por ano. Calculou também que as conseqüências indiretas do crime violento, como o desestímulo ao investimento externo e interno, já privaram o país de um crescimento equivalente a 2% do PIB por ano.

Um estudo do Departamento da Justiça dos Estados Unidos, divulgado em 1995, mediu o custo das despesas com polícia e fatores afins, como honorários de advogados, custas judiciais, tratamento médico e absenteísmo no trabalho, concluindo que o crime custa ao país US$450 bilhões por ano. As prisões e os sistemas de liberdade condicional acrescentam mais US$50 bilhões a essa conta.

Com base nesses números, a administração pública está concluindo que o crime violento não é apenas uma questão de "qualidade de vida", mas pode drenar os recursos do desenvolvimento a ponto de mutilá-lo. O ano passado o BID reuniu criminologistas, economistas e líderes comunitários para sondar as raízes do problema e discutir suas implicações para a política de desenvolvimento, no colóquio "Ética, violência e segurança do cidadão". No começo deste mês, o BID uniu-se ao Banco Mundial e a várias outras entidades no Rio de Janeiro para uma conferência de dois dias sobre o problema da violência nas cidades da região.

Além do custo humano, a violência drena recursos do desenvolvimento econômico a longo prazo.

Causas complexas. O crime violento representa tremendos desafios para a administração pública devido a suas causas complexas e imprevisíveis. A explicação sócio-econômica simples, segundo a qual ele é conseqüência direta da pobreza, é desmentida por índices de criminalidade relativamente baixos em vários países subdesenvolvidos e por índices elevados nos Estados Unidos e outros países industrializados.

No entanto, a pobreza e fatores macroeconômicos como o desemprego estão indubitavelmente ligados ao crime violento. Num documento apresentado no colóquio do BID, o colombiano Rubio comparou o valor médio de um ano de salário para empregados no setor formal com o valor médio de atos criminosos individuais. Trinta anos atrás, a renda anual de um empregado na Colômbia valia cinco vezes o dinheiro ganho com um crime. Em 1992, um ato criminoso já pagava bem mais do que um ano de salário médio.

"Tendo em mente que a probabilidade de prisão por um crime é de aproximadamente 3% na Colômbia e que a sentença média em 1992 era dois anos e meio, não é de surpreender o crescimento da criminalidade", concluiu Rubio.

Sua análise confirma outra explicação tradicional para o crime violento: ele viceja quando não há um sistema rigoroso de vigilância e repressão, um judiciário independente e um sistema penitenciário eficaz. "A responsabilidade fundamental pela prevenção do crime, em última instância, é do Estado e de três instituições: a polícia, os tribunais e as prisões", disse no colóquio o Ministro do Planejamento da Venezuela, Teodoro Petkoff. "Não posso falar por outros países, mas na Venezuela essas instituições são parte do problema, não da solução."

A preocupação de Petkoff com a qualidade das instituições encontra eco na primeira página dos jornais em toda a América Latina, onde, nos últimos anos, tornaram-se comuns as matérias sobre corrupção na polícia e no judiciário. Assim, alguns observadores crêem que os esforços para deter o crime violento

DAVID MANGURIAN—BID

Tarde demais para intervir? O comportamento criminoso parece ser aprendido em criança.

deveriam começar com reformas radicais nessas instituições. Estas reformas podem incluir melhor treinamento e salários mais altos para os funcionários da polícia, dos tribunais e das prisões e mecanismos para punir e erradicar a corrupção.

Outros especialistas, porém, rejeitam a ênfase na repressão e pregam uma abordagem preventiva. Luis Ratinoff, consultor do BID e organizador do colóquio do ano passado, descreveu o elo entre socialização e autodisciplina como o "primeiro vetor" da produção do comportamento criminoso. Ratinoff baseava-se num crescente corpo de conhecimentos mostrando que o comportamento criminoso é adquirido durante a infância e a adolescência e que, portanto, as famílias desajustadas e um ambiente escolar precário são responsáveis por grande parte do problema.

Falando em um recente seminário do BID em Washington, Ron Slaby, cientista sênior do Centro para a Prevenção e Controle da Violência do Education Development Center, Inc., de Newton, Massachusetts, salientou que só 6% dos gastos americanos com o crime se destinam à prevenção; o resto vai para a repressão e o tratamento de prisioneiros. "A atitude tradicional é esperar que o crime ocorra e depois prender os criminosos e tratar deles", comentou ele. "Temos provas de que um dólar gasto em prevenção do crime pode poupar seis em repressão."

Slaby, treinado como psicólogo do desenvolvimento, acredita que o comportamento violento remonta aos parques infantis e aos lares, onde as crianças aprendem formas de resolver conflitos e adotam sistemas de crenças que incluem ou não a violência. Ele faz parte do crescente número de educadores, líderes comunitários e administradores para os quais a sociedade deve tomar a iniciativa e fazer um esforço para moldar esses sistemas de crenças enquanto as crianças estão na escola. Isto pode ser alcançado por diversas vias, inclusive novos currículos escolares, melhor programação de televisão e campanhas publicitárias com personalidades e nomes populares como modelos.

Vigilância de bairro. Enquanto isso, muitas comunidades latino-americanas estão achando formas pragmáticas de combater o crime violento. Uma das que têm maior êxito é a "polícia comunitária", grupos de moradores que colaboram com a polícia vigiando o bairro e comunicando a presença de suspeitos. Falando no colóquio, Elizabeth Sussekind, coordenadora do Movimento Viva Rio, apoiado pelo BID, contou como um projeto de polícia comunitária ajudou a reduzir os roubos em Copacabana em até 14% num único ano.

A organização de Sussekind coordena esses esforços de policiamento juntamente com igrejas, escolas de samba e outros grupos comunitários das favelas do Rio que querem construir o que ela chamou de uma "identidade ética". "Quanto maior o número de participantes", diz ela, "mais difícil fica a ação dos traficantes de drogas."

Como a prevenção do crime violento é uma questão de interesse econômico para os países latino-americanos e caribenhos, cada uma dessas abordagens pode vir a ser considerada para apoio pelo BID e por outras instituições multilaterais. De fato, na medida em que os governos da região começam a olhar não apenas para as reformas de política financeira e comercial que os absorveram na última década mas também mais adiante, bem podem enxergar na melhoria da segurança pública a próxima e decisiva "reforma estrutural".

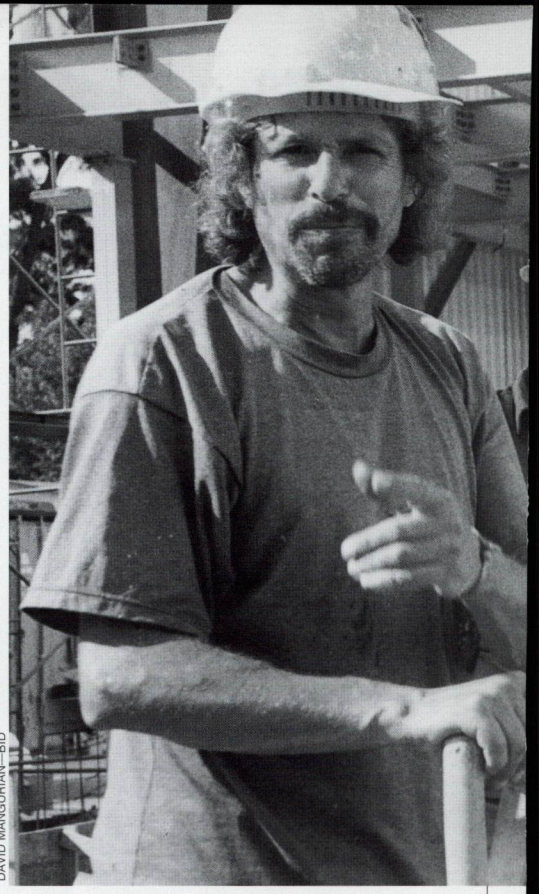
RELATÓRIO ANUAL

Mais combate à pobreza, maior apoio aos negócios

Grupo do BID ajuda as reformas da região

O Banco Interamericano de Desenvolvimento e dois outros membros do Grupo do BID, a Corporação Interamericana de Investimentos (CII) e o Fundo Multilateral de Investimentos (Fumin), aprovaram o ano passado um variado programa de operações para estimular as reformas na região. Muitas já foram mencionadas neste boletim.

As atividades do Grupo em 1996 constam nos relatórios anuais do BID e da CII que serão submetidos às Diretorias Executivas dessas instituições em sua reunião anual, este ano em Barcelona, Espanha, de 17 a 19 de março. Seguem-se resumos dos relatórios.



DAVID MANGURIAN—BID

Financiamento para a inovação

Em 1996, o BID aprofundou o seu apoio à nova América Latina, com a aprovação de 91 empréstimos para financiar projetos de reforma das operações do governo, redução da pobreza e apoio ao setor privado.

Os US$6,77 bilhões em empréstimos aprovados colocaram mais uma vez o BID como a maior fonte de financiamento multilateral da região.

Cerca de 75% do programa de empréstimos do ano destinaram-se à redução da pobreza, a reformas do setor social e à modernização do Estado. Deste total, 40% foram canalizados para fundos de investimento social, saneamento, desenvolvimento urbano, saúde, educação e meio ambiente.

As obras de infra-estrutura corresponderam a 16% da carteira de empréstimos. A agricultura e os programas de crédito multissetorial responderam pelos 8% restantes.

Entre os empréstimos de 1996, figuram os seguintes.

▶ *Setores sociais:* US$237 milhões para fundos de investimento social no Peru, Guatemala e Equador.

▶ *Moradia de baixo custo:* US$330 milhões para a Argentina, Brasil, Panamá e Venezuela.

▶ *Modernização do Estado:* US$2,4 bilhões para Argentina, Brasil, Colômbia e outros países.

▶ *Meio ambiente e recursos naturais:* US$746,2 milhões para operações de abastecimento de água e saneamento e US$27,2 milhões em cooperação técnica.

▶ *Empréstimos diretos ao setor privado:* US$455,5 milhões para seis projetos na Argentina, Brasil, Colômbia e Peru.

Pelo terceiro ano consecutivo, o Banco avaliou sua carteira de empréstimos em execução. Verificou-se que mais de dois terços dos 387 projetos do Banco tinham um desempenho normal. Outros 23% estavam enfrentando diferentes graus de dificuldades de implementação, embora não fossem graves a ponto de pôr em risco sua conclusão. Cerca de 10%, ou 40 projetos, estavam sofrendo problemas graves e vão precisar de intenso acompanhamento para melhorar suas perspectivas de êxito.

Destaques de 1996	
Total dos empréstimos	US$6,77 bilhões
Co-financiamento	US$2,40 bilhões
Total dos desembolsos	US$4,30 bilhões
Cooperação técnica	US$113 milhões
FOE	US$374 milhões
Emissões de obrigações	US$4,25 bilhões

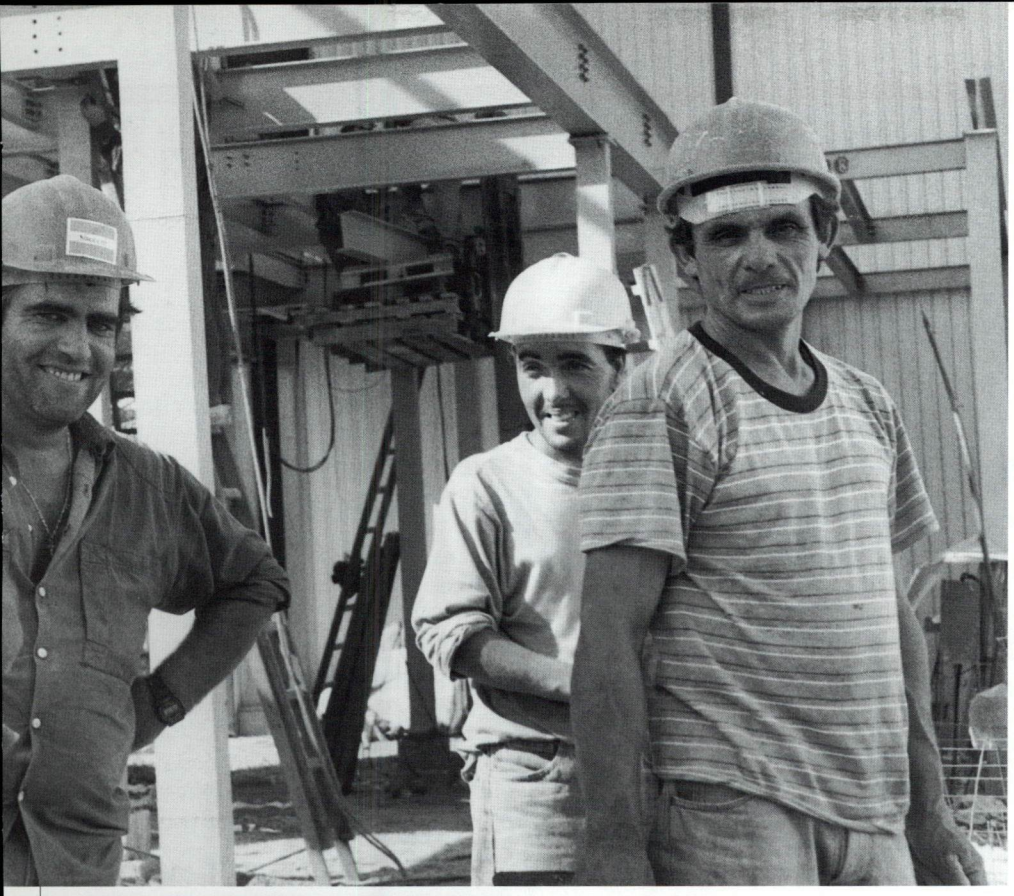
FUMIN Sócio do setor privado

O Fundo Multilateral de Investimentos (Fumin) completou o ano passado seu terceiro ano de operações, com a aprovação de 43 projetos, num total de US$76,2 milhões.

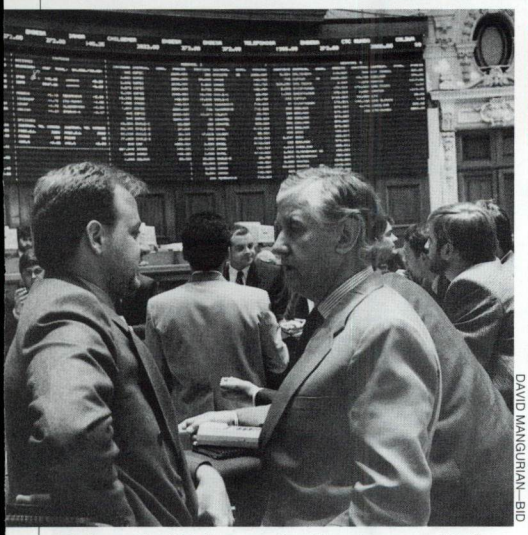
O Serviço de Cooperação Técnica do Fumin apoiou projetos para reforçar o setor financeiro da região, suas redes de energia, água, telecomunicações e transporte e para modernizar o comércio. Entre eles estava o financiamento suplementar de uma série de projetos visando criar sistemas alternativos para resolver disputas comerciais.

O Serviço de Recursos Humanos concedeu financiamento a projetos nas áreas de treinamento industrial, fortalecimento institucional para a educação profissional e técnica, treinamento básico para pessoas de baixa renda e conversão de mão-de-obra. Uma operação para o México identificará padrões de qualificação e certificação como forma de tornar empresas e mão-de-obra mais competitivos internacionalmente.

O Serviço de Desenvolvimento da Pequena Empresa do Fumin aprovou quatro projetos para ampliar serviços não financeiros. O Fumin



Trabalhadores constroem um anexo numa fábrica de papel no Uruguai.



DAVID MANGURIAN—BID

Bolsa de Valores de Santiago, Chile.

também forneceu investimento de capital para desenvolver novos instrumentos financeiros para pequenas e microempresas e dois fundos de investimento para promover empreendimentos ecológicos.

O Fumin começou a operar em 1993 para promover a expansão sócio-econômica das economias de mercado da região, com apoio a reformas legais e normativas, fortalecimento institucional, treinamento e outras áreas. O Fundo de Investimentos em Pequenas Empresas do Fumin financia ou investe no capital de pequenas empresas ou em fundos que investem em pequenas empresas.

Benefícios multiplicados

A Corporação Interamericana de Investimentos aprovou o ano passado US$72,4 milhões em investimentos acionários e empréstimos para ajudar a financiar 20 projetos em 12 países da região, segundo seu relatório anual de 1996. Fez também acordos com 15 bancos internacionais a fim de fornecer US$95 milhões em co-financiamento para pequenas e médias empresas.

Além disso, a Corporação o ano passado deu assessoria a dez programas de investimento de capital e desenvolvimento de mercado de capitais do Fumin.

Agora em seu sétimo ano de operações, a Corporação já canalizou financiamento para mais de 1.000 empresas, para projetos que representam um investimento total superior a US$2,5 bilhões. Para cada dólar que a Corporação investiu, seis foram levantados de outras fontes.

O ano passado a CII apoiou projetos em vários setores, entre eles agroindústria, pesca, manufatura, geração de energia, água potável, transporte, petróleo e gás, capital de risco e serviços financeiros.

Algumas das operações incluíram:

▶ Um empréstimo de US$5 milhões — complementado por US$15 milhões em co-financiamento negociado pela Corporação — para ajudar a financiar um projeto de ampliação e melhoria das instalações de produção da PASA S.A., petroquímica argentina que produz fertilizante à base de nitrogênio e outros produtos.

▶ Um investimento de capital de US$4 milhões no Fundo Bozano Advent do Brasil, que fornecerá capital de investimento a pequenas e médias empresas de todo o país. O fundo visará cerca de 15 empresas com potencial para colocar ações nas bolsas de valores do Rio ou São Paulo.

▶ Um empréstimo de US$5 milhões à Termoeléctrica de la Dorada S.A.E.S.P., para construir uma usina a gás na Colômbia. A usina será um dos primeiros projetos privados de geração de energia do país.

▶ Um investimento de capital de US$2 milhões na Bon Appetit, S.A. de El Salvador, para ajudar a expandir sua produção de bebidas não gasosas. A empresa opera num setor onde há muitas empresas multinacionais.

▶ Um investimento de capital de US$3 milhões na criação do Mexico Private Equity Fund, que fornecerá capital a pequenas e médias empresas de exportação no noroeste do México.

▶ Um investimento de US$5 milhões para criar o Inter-American Capital Fund, o primeiro dos 16 fundos de capital de risco da CII concebidos para investir em instituições financeiras latino-americanas de pequeno e médio porte.

▶ US$1,5 milhão para construir e operar a Waterfields Company Limited, usina de dessalinização da água do mar nas Bahamas que atenderá a um quarto das necessidades de água da ilha de New Providence.

Para obter uma cópia dos relatórios anuais do BID e da CII, contate a Livraria do BID, (202) 623-1753, fax 1709, internet idb-books@iadb-org

ARGENTINA

Receita mais alta sem novos impostos

Reformas federais alcançam a província

O primeiro empréstimo direto do BID a uma província argentina empenhou US$350 milhões para apoiar reformas fiscais, melhorias no serviço público e criação de empregos na província de Buenos Aires.

Funcionários do BID disseram que o empréstimo é um testemunho do compromisso argentino de estender às províncias as reformas já em andamento na esfera federal. O crédito, que terá uma contrapartida de igual valor em recursos locais, será usado para financiar atividades que correspondem a esforços federais.

Como muitos governos provinciais, o de Buenos Aires luta para reduzir déficits, conter despesas e melhorar os serviços públicos num quadro de desemprego alto e modesto crescimento econômico.

A província usará o empréstimo do BID para melhorar a arrecadação de impostos e a gestão da receita modernizando três instituições provinciais: a Secretaria da Receita Pública, o Escritório da Receita Provincial e o Cadastro Territorial Provincial. Paralelamente, haverá um esforço mais amplo para conter ou reduzir despesas de pessoal e de capital. O resultado líquido será elevar receitas sem aumentar impostos.

Com uma estratégia semelhante, a província evitará mais endividamento para investir em capital, oferecendo concessões ou privatizando serviços públicos de eletricidade, água, saneamento e estaleiros. Os recursos do BID serão usados para cobrir os custos da privatização de empresas, inclusive a Empresa Social de Energia de Buenos Aires, a maior estatal remanescente do setor de eletricidade, e a Obras Sanitárias de Buenos Aires.

Finalmente, os recursos serão usados para promover a criação de empregos em pequenas e médias empresas mediante programas de assistência técnica e contratos de pequenos projetos de infra-estrutura. Também haverá apoio para programas de serviços sociais voltados para as crianças, geridos pelo Conselho da Família e do Desenvolvimento Humano e dirigidos aos moradores mais necessitados.

Para mais informações, procure a página do BID na Internet e acesse ww2/doc/uar0164.htm.

INTEGRAÇÃO

Intercâmbio prepara bancos

Meta é maior cooperação

O BID adotou uma nova política de cooperação com quatro instituições sub-regionais de desenvolvimento que deve acelerar a integração econômica regional e ampliar o preparo técnico das instituições.

Os quatro bancos sub-regionais são o Banco Centro-Americano de Integração Econômica, o Banco de Desenvolvimento do Caribe, a Corporação Andina de Fomento e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Rio da Prata.

A nova política, adotada em novembro último, reflete os atuais conceitos da integração. Propõe a identificação, supervisão e avaliação conjunta de projetos e a publicação de estudos. Recomenda o intercâmbio periódico de pessoal e reuniões regulares entre o BID e cada um dos bancos, para partilhar idéias e conhecimentos, além de uma reunião anual das cinco instituições.

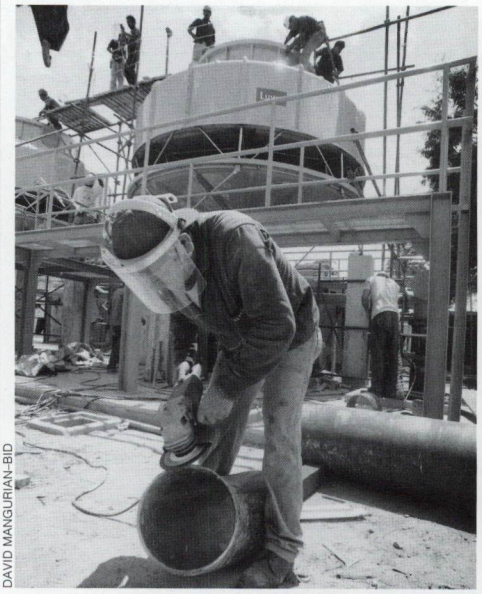
A nova política poderia levar a mais operações de financiamento conjunto nas áreas da infra-estrutura internacional, mercados de capital e desenvolvimento de recursos humanos. Estes setores tornaram-se prioritários para os bancos sub-regionais nos últimos anos.

Com a nova política, o BID e os bancos sub-regionais buscarão projetos cooperativos que sejam coerentes com sua estratégia regional; onde sejam complementares a experiência e os conhecimentos de um banco sub-regional e do BID; e onde a participação do BID possa ter um efeito financeiro multiplicador sobre o capital de um banco sub-regional e acesso a mercados financeiros.

Nos termos dessa política, empréstimos globais, empréstimos específicos para determinados setores, operações plurinacionais, operações de empréstimo por etapas e de co-financiamento poderiam todos ser usados para financiar esses projetos.

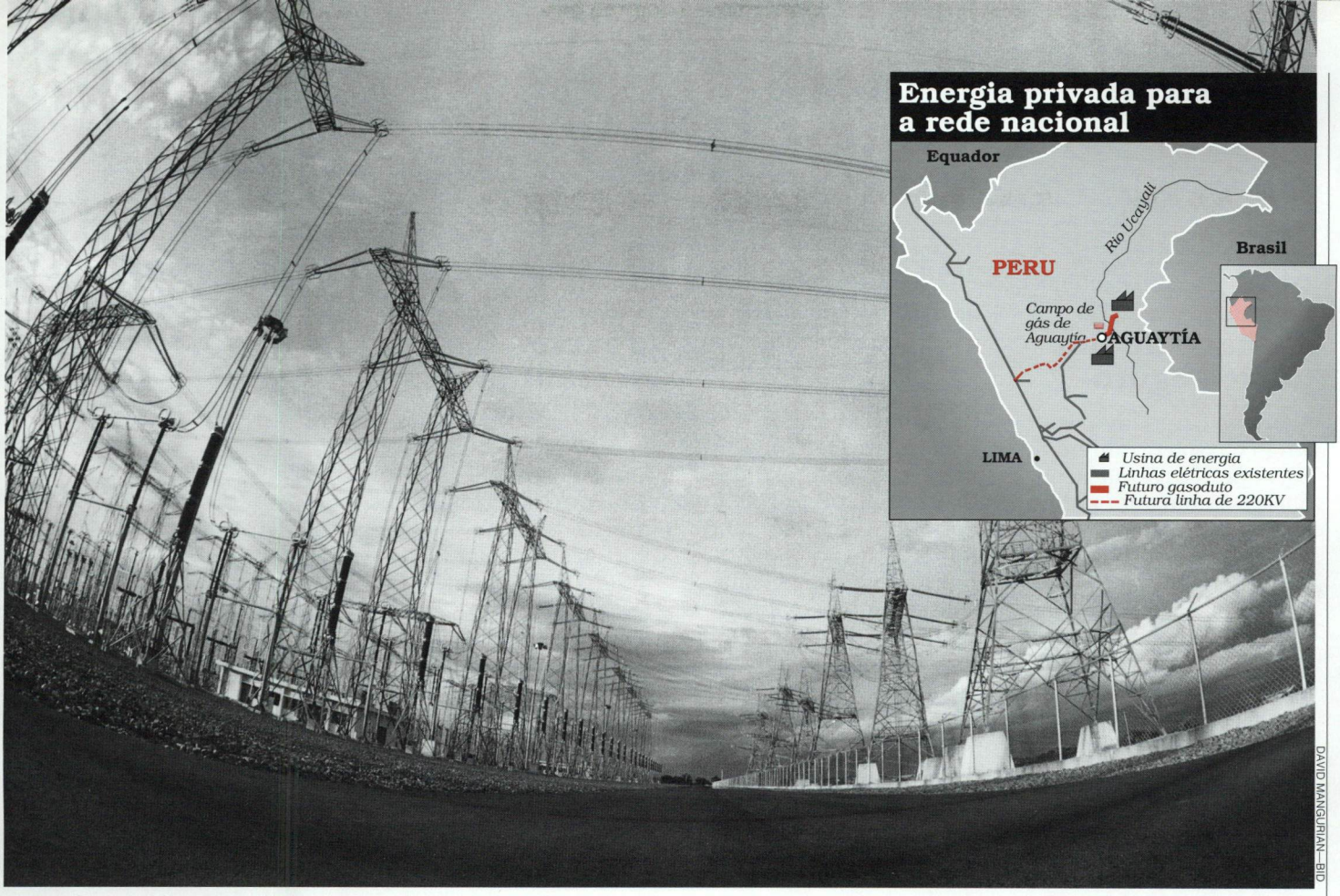
— Luis René Cáceres

O texto completo das políticas operacionais do Banco pode ser encontrado na página do BID na internet, em http://www.iadb.org



DAVID MANGURIAN-BID

A usina venezuelana foi financiada com um empréstimo do BID à Corporação Andina de Fomento.



DAVID MANGURIAN—BID

ENERGIA

Projeto de energia é "o negócio do ano"

Primeira usina independente de eletricidade do Peru

Um novo projeto energético do setor privado criou tantos precedentes no Peru que duas publicações industriais, *Project and Trade Finance* e *Project Finance International*, o denominaram "o negócio do ano".

O projeto Aguaytía, apoiado pelo BID, será o primeiro projeto independente de energia do Peru, sua primeira usina de eletricidade a gás e sua primeira usina integrada de gás e eletricidade.

Aguaytía é o primeiro projeto de usina "comercial" de eletricidade da América Latina a obter financiamento de longo prazo antes da construção. Como usina comercial, portanto sem acordos de longo prazo para a venda de energia, Aguaytía venderá eletricidade para o recém-desenvolvido mercado à vista peruano.

O projeto de US$258,2 milhões — respaldado por um empréstimo de US$60 milhões do BID — demonstrará o potencial para desenvolver novas usinas de eletricidade a gás de propriedade independente como fonte eficaz e fidedigna de energia elétrica para atender à crescente demanda. Aguaytía também mostrará os benefícios de integrar a eletricidade com derivados do gás natural.

Produção integrada. Os investimentos no projeto financiarão várias etapas do desenvolvimento e transmissão da energia, inclusive a produção e distribuição de gás natural, gás liquefeito e eletricidade, bem como a construção de instalações de processamento e linhas de transmissão de alta voltagem.

Serão perfurados cinco poços no campo de gás natural de Aguaytía, a cerca de 100 quilômetros de Pucallpa, no vale do rio Ucayali, e construídos gasodutos para transportar o gás até uma nova usina de 155 megawatts e uma usina de fracionamento para gás natural liquefeito.

Ao longo de 400 quilômetros de linhas de 220 quilovolts, a energia será transmitida de Pucallpa a Paramonga, na região central do Peru, onde será ligada à rede nacional.

O projeto será desenvolvido pelo mutuário do empréstimo do BID, a Aguaytía Energy del Peru S.R. Ltda. A Trust Company of the West e o Banco Wiese do Peru participam do financiamento. Participam com capital The Maple Gas Corp., Pan Energy Corp., El Paso Energy Development Corp., Scudder Latin American Power Fund, Illinova Generating Co. e Power Markets Development Corp.

O projeto foi lançado depois que uma reforma da Lei das Concessões de Eletricidade do Peru, apoiada pelo BID, abriu caminho à participação privada no setor.

— Daniel Drosdoff

Para mais informações, procure a página do BID na internet e acesse ww2/doc/bpe0094.htm.

REPÚBLICA DOMINICANA

A chave de um porto seguro

Agora os cargueiros de longo curso entram no Porto de Haina, na República Dominicana, por um canal mais fundo e largo, protegido por um novo quebra-mar.

Os 700 metros de quebra-mar, construídos com 7.300 blocos de concreto de 20 a 60 toneladas cada um, foram feitos para proteger o porto dos furacões. O canal foi dragado de novo, alargado de 60 para 100 metros e instalou-se novo equipamento de navegação para dar acesso aos navios 24 horas por dia, e não apenas com luz do sol.

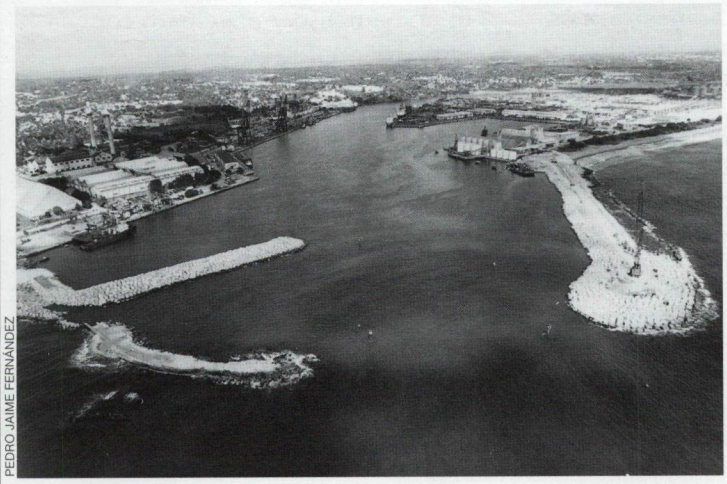
"Estas melhorias ajudarão o país a tornar-se mais competitivo, reduzindo os custos de frete e, portanto, os custos totais das exportações", opinou Jaime Duran, Secretário de Obras Públicas.

As melhorias foram concluídas em fevereiro por um consórcio formado pela Agroman de Madrid, Espanha, e Samuel Conde, da República Dominica. A firma holandesa Van Oord-ACZ fez os estudos hidráulicos e o projeto de engenharia.

A construção, financiada por um empréstimo de US$18 milhões do BID aprovado em 1986, foi retardada durante anos, pois outros concorrentes contestaram a licitação. O BID exige licitação pública internacional para projetos de construção de custo superior a US$1,5 milhão e impõe diretrizes rigorosas para garantir uma concorrência leal. A falta dos recursos de contrapartida do governo também contribuiu para retardar a obra.

Diz Augusto Ruiz-Eldredge, o especialista do BID responsável pela supervisão: "Este projeto é rico em lições".

O porto, construído na década de 50, fora ampliado e modernizado com ajuda de um empréstimo do BID de US$35 milhões, aprovado em 1975. A carga manipulada no porto aumentou de 2,2 milhões de toneladas em 1984 para 7,5 milhões em 1996.



PEDRO JAIME FERNÁNDEZ

O Porto de Haina: mais fundo, seguro e competitivo.

TRINIDAD E TOBAGO

Jovens restauradores

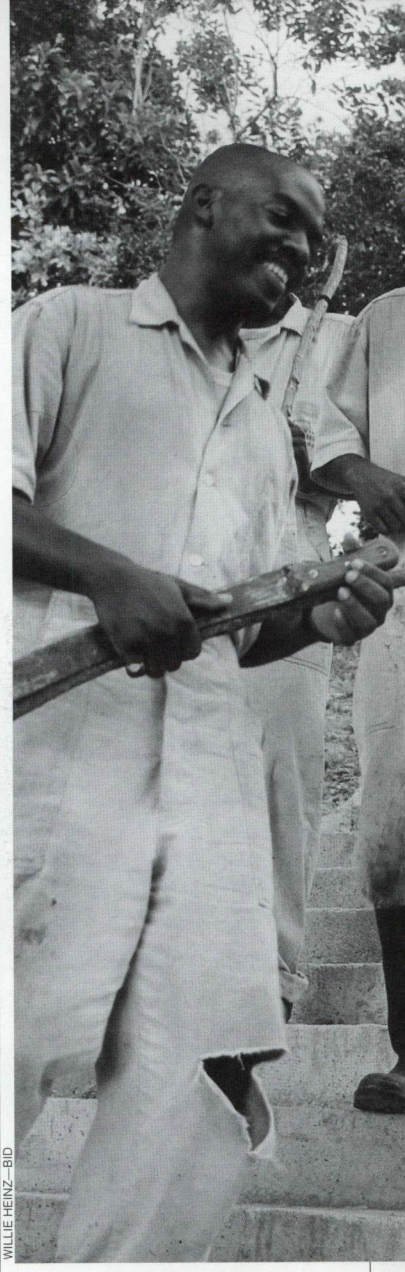
Num exuberante afloramento perto da aldeia de pescadores de Las Cuevas, no norte de Trinidad, as ruínas de uma esquecida fortificação colonial do século 19 emergem lentamente.

Todos os dias, cerca de 50 voluntários entre 19 e 25 anos trabalham para restaurar o Forte Abercromby, cortando folhagem, abrindo caminhos para os visitantes e reconstruindo cuidadosamente as paredes em ruínas.

São membros do Corpo Civil de Conservação, um projeto financiado pelo Fundo de Desenvolvimento Comunitário, que tem apoio do BID. Cerca de 2.400 jovens estão sendo treinados em técnicas de conservação e restauração que podem ser aplicadas a numerosos parques e atrações turísticas de Trinidad e Tobago.

Após quatro semanas de treinamento, os participantes são designados para um projeto de conservação por três meses, recebendo uma pequena ajuda para transporte e manutenção. Os projetos vão desde a limpeza de praias a completas obras de restauração.

"Aqui o desemprego é um problema persistente para os jovens", diz David Rogers, especialista do BID no país. "O CCC lhes dá uma oportunidade de aprender técnicas que mais tardem podem aplicar em empregos no sistema de parques e ao mesmo tempo ganhar algum dinheiro no verão."



WILLIE HEINZ—BID

Errol Philips, coordenador do projeto de Forte Abercromby, disse que, uma vez concluído, o novo sítio deverá atrair turistas a Las Cuevas, que só tem 500 moradores, e à costa norte da ilha.

O CCC é apenas um dos projetos administrados pelo Fundo de Desenvolvimento Comunitário, de US$40 milhões, para o qual o BID aprovou US$ 28 milhões em junho de 1995. Outros projetos estão melhorando os serviços sociais para os pobres, construindo infra-estrutura básica e fortalecendo ONGs locais.

Os jovens restauradores de Fort Abercromby.

GUATEMALA

Hotéis trabalham a sério

Hotéis projetados para atender a quem viaja a trabalho começam a aparecer na América Central, dois deles com ajuda do Grupo do BID.

Como um escritório no exterior, estes hotéis oferecem aos homens de negócios salas com computador, modem e acesso a centros comerciais com fax, copiadora, impressora e serviços de secretaria e tradução. Entre reuniões e negociações, os clientes podem esticar os músculos na sala de ginástica.

Um dos primeiros foi o Clarion Suites Hotel, de 15 andares e 166 suítes de dois quartos, inaugurado em 1995. Seu custo, US$14,4 milhões, foi em parte financiado por um empréstimo de US$4,2 milhões da Corporação Interamericana de Investimentos (CII), a instituição de empréstimo ao setor privado do Grupo do BID.

"Os hotéis podem ser investimentos arriscados", diz Jorge Roldán, economista sênior da CII. "Quando começam a construir restaurantes e piscinas, muitas vezes ultrapassam as previsões de custo. Mas essa gente veio falar conosco e disse: 'Vamos construir um hotel de quatro estrelas para homens de negócios. Vai ter só um restaurante e uma piscina, a fim de minimizar o espaço usado para atividades não rentáveis'. Sentimos que ali estava um hotel de risco muito menor e que faria bem à economia local. E, de fato, foi construído dentro do orçamento."

O empréstimo da CII ajudou os investidores a levantar mais US$6,2 milhões em financiamento: US$4,2 milhões do Banco Centro-Americano para Integração e US$2 milhões mediante uma oferta pública na bolsa de valores da Guatemala.

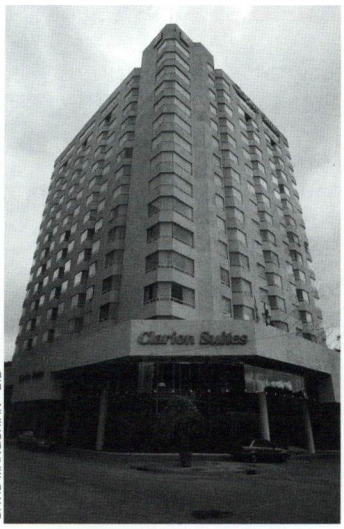
"A CII desempenhou um papel catalítico ao montar o financiamento", diz Javier Tessari, vice-presidente do hotel.

Em San Salvador, um programa de crédito global do BID está ajudando a financiar outro hotel comercial de 15 andares com um pequeno centro de convenções, a ser inaugurado este ano.

"Às vezes os executivos são exigentes", diz Karla Giovanna Girón, chefe da portaria do Clarion Suites. "Querem flores dentro de uma hora, reservas nos melhores restaurantes em 15 minutos." A solicitação mais difícil, lembra ela, foi fazer 10.000 cópias de um folheto a cores de quatro páginas para a manhã seguinte. "Às 7h30 da manhã, as cópias estavam prontas. Aquilo, sim, foi um desafio."

Os clientes apreciam essas atenções. "Eu adoro este hotel", diz Edgardo Reyes, diretor de operações centro-americanas da cadeia de restaurantes T.G.I. Friday's, que está abrindo uma concessão na cidade da Guatemala.

Não é à-toa. Uma tarde, o centro comercial do hotel recebeu um fax importante para Reyes. Em vez de colocá-lo no seu escaninho, o funcionário foi atrás dele, localizou-o 15 minutos antes do banco fechar e graças a isso ele escapou de uma multa de US$15.000 por atraso no pagamento de uma taxa sobre uma carga de equipamento chegada dos Estados Unidos.



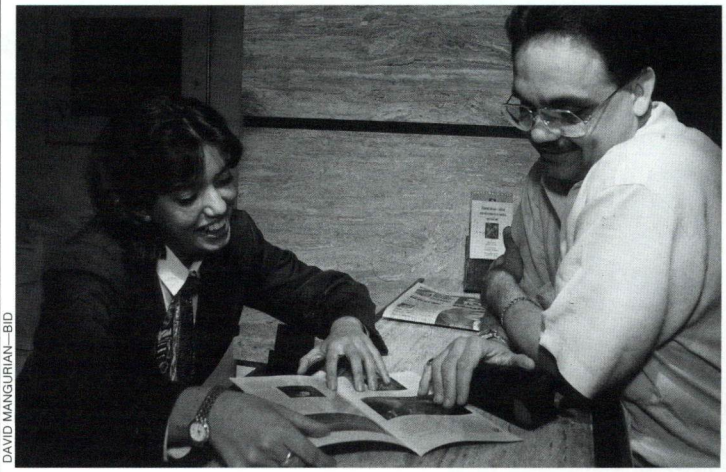
DAVID MANGURIAN—BID

O Clarion Suites Hotel.

"Essa gente conhece o seu ofício", diz Reyes.

Em outro hotel, este em San José, Costa Rica, a Assistente Executiva Diana Rojas acha que os negócios estão florescendo.

"Agora há mais investidores estrangeiros na América Central e é muito maior o número dos que estão vindo para cá", disse ela, referindo-se a seu Marriott, de 246 quartos.



DAVID MANGURIAN—BID

No Clarion, tratamento especial para hóspedes especiais.

EMPRÉSTIMOS

Argentina: US$350 milhões para apoiar a reforma do Estado na província de Buenos Aires.

Esta iniciativa busca equilibrar o orçamento da província e melhorar os serviços públicos, intensificando a arrecadação de impostos e modernizando a Secretaria da Receita Pública, o Escritório da Receita Provincial e o Cadastro Imobiliário Provincial.

Este programa tentará também controlar os gastos públicos e promover a privatização dos setores de energia, água potável, saneamento e estaleiros. Ver matéria na página 8.

INFORMAÇÕES SOBRE PROJETOS DO BID

Detalhes sobre projetos do BID, como comunicados de imprensa, resumos de projetos e monografias, podem ser consultados na página do BID na internet (http://www.iadb.org). Procure sob as rubricas "Press Services", "Publications" e "Project Documents".

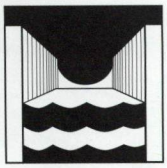
IDB Projects, compilação mensal de projetos em andamento e oportunidades de fornecimento de bens e serviços, também pode ser consultada na página do BID sob a rubrica "Business Opportunities". Para receber um exemplar gratuito de *IDB Projects*, telefone para (202) 623-1397 ou envie um fax para (202) 623-1403.

Argentina: US$85 milhões para apoiar o plano de investimento da Aguas Provinciales de Santa Fe S.A., uma empresa de água e esgotos.

WILLIE HEINZ—BID

Convite para comer

Uma voluntária do programa peruano Copo de Leite prepara refeição numa cozinha pública da Villa El Salvador, um bairro pobre de Lima. Com um empréstimo do BID em 1993, funcionários do Copo de Leite e membros da comunidade ergueram uma construção de 120 metros quadrados, com refeitório, despensa, cozinha e banheiro. O novo refeitório substituiu as pequenas cozinhas públicas instaladas em casas de famílias.



Este é o primeiro financiamento de um projeto de água e esgotos pelo departamento do setor privado do Banco e é também o primeiro empréstimo do BID a uma empresa argentina de serviços públicos fora da área metropolitana de Buenos Aires.

Os créditos compõem-se de um empréstimo de US$30 milhões do capital ordinário do Banco e de outro de US$55 milhões fornecidos por bancos comerciais mediante acordos de participação com o BID. Estes recursos pagarão a recuperação e expansão das instalações de tratamento de água e esgotos e melhorarão a qualidade do serviço.

Os recursos apoiarão também a reestruturação e privatização do setor de tratamento de água e esgotos da província de Santa Fe. O projeto deve servir de modelo para outras províncias e municipalidades interessadas em acesso a mercados financeiros internacionais para atacar iniciativas semelhantes.

Brasil: US$500 milhões para ajudar a modernizar a administração fiscal nos 26 Estados e no Distrito Federal.

Os empréstimos ajudarão a financiar um programa de US$1 bilhão que deve ser suplementado por novos empréstimos do BID em 1997. O programa reforçará a gestão tributária e a administração fis-

cal em governos estaduais, modernizando ao mesmo tempo o Ministério da Fazenda. A meta é melhorar o processo de supervisão e coordenação fiscal dos governos estaduais e federal.

Este é o maior crédito de administração fiscal já aprovado pelo Banco.

Colômbia: US$51 milhões para construir um gasoduto privado entre as cidades de Sebastopol e Medellín.

Este é o primeiro gasoduto do país onde o setor privado é construtor, proprietário e operador e arca com os riscos principais.

O gasoduto, com 149 quilômetros e 12 polegadas de diâmetro, transportará até 67 milhões de pés cúbicos de gás por dia do sistema de Barrancabermeja-Neiva para 70.000 usuários em Medellín — com potencial para atender até mais 400.000.

A Transmetano E.S.P., S.A., uma empresa privada colombiana do ramo, receberá um empréstimo de US$19 milhões do capital ordinário do BID e um empréstimo de US$32 milhões de recursos de bancos comerciais consorciados, mediante acordos de participação com o BID.

Equador: US45 milhões para melhorar as condições de vida deos setores mais pobres da população.

Este programa facilitará o acesso a serviços sociais básicos, inclusive saúde, educação, água potável e saneamento, investindo em projetos solicitados por grupos comunitários locais.

O crédito será usado pelo Fundo de Investimento Social de Emergência do país, que financiará um total de 2.750 pequenos projetos de infra-estrutura de alta prioridade. O empréstimo será usado também para reforçar a gestão e as operações do fundo. O custo total do programa é US$100 milhões.

Haiti: US$52 milhões do Fundo para Operações Especiais a fim de promover o investimento privado e o crescimento econômico.

Estes recursos proporcionarão divisas enquanto o país toma medidas para reformar a estrutura legal e normativa do setor financeiro. Entre outras metas do programa, figuram reformar as transações caucionadas, estabilizar bancos estatais e atrair a participação do setor privado na gestão e propriedade do setor de eletricidade.

O programa, a ser executado pelo Ministério da Fazenda, ajudará a construir as instituições básicas e o quadro legal necessários a uma economia aberta, eficiente e estável.

México: US$250 milhões para treinamento de desempregados.

O programa foi concebido para apoiar o treinamento e a reciclagem de desempregados e dar incentivos a empresas para fazer treinamento no trabalho. A meta é aumentar a produtividade e a competitividade da economia, particularmente entre microempresas e pequenas e médias empresas, além de criar oportunidades de trabalho para mulheres.

O custo total do programa, a ser executado pela Secretaria do Trabalho e do Bem-Estar Social nos próximos cinco anos, é de até US$850 milhões.

A curto prazo, empresas pequenas e médias receberão incentivos para investir em treinamento no trabalho e assistência técnica para melhorar processos organizacionais e de produção. Funcionários do programa trabalharão com as empresas para reduzir os custos administrativos que diminuem a

(continua)

DAVID MANGURIAN—BID

Abrindo caminho para água limpa

Em Cuenca, Equador, trabalhadores reabastecem uma escavadeira usada na construção da usina de tratamento de água e esgotos de Tixan. A Companhia Municipal de Telefone, Água e Esgotos de Cuenca está usando um empréstimo de US$50 milhões do BID para financiar o projeto. O crédito foi usado também para expandir a rede de distribuição de água e a coleta de esgotos de Cuenca.

WILLIE HEINZ—BID

Fazendo e usando

Tricoteiras da Manos de Valdivia, uma cooperativa sem fins lucrativos, reúnem-se na sede do grupo, no sul do Chile. A cooperativa, que treina mulheres de baixa renda para tricotar suéteres e outras peças de roupa, usou um empréstimo de US$148.000 do BID para comprar equipamento e contratar um consultor de mercado.

(vem da pág. anterior)
produtividade e as oportunidades de emprego.

Em última análise, os empréstimos contribuirão para criar uma estrutura integrada de planejamento estratégico destinado à gestão da política de mão-de-obra, que reforçará a capacidade do setor para projetar, analisar e implementar políticas de mercado de trabalho. Este é o primeiro financiamento do Banco para um projeto global de mercado de trabalho na América Latina.

Peru: US$60 milhões para o projeto integrado de gás natural e eletricidade de Aguaytía, de propriedade e operação privadas.

O projeto abrange a construção da primeira usina elétrica do país acionada a gás. Será também a primeira usina peruana privada a vender eletricidade à rede nacional.

Os recursos serão usados para perfurar cinco poços e construir cerca de 400 quilômetros de linhas de transmissão de 220 quilovolts, 204 km de dutos para gás liquefeito, instalações de processamento de gás e uma unidade de fracionamento de gás liquefeito. Ver matéria na página 9.

Peru: US$150 milhões para investimento em reforma setorial.

Estes recursos apoiarão um programa destinado a modernizar a estrutura normativa para investidores privados em infra-estrutura e serviços financeiros. Entre as metas do programa figuram criar órgãos normativos autônomos que ajudem a facilitar a passagem da gestão pública da infra-estrutura para a privada. Os novos órgãos promoverão a credibilidade desses investimentos entre os operadores das concessões, os consumidores e o público.

O Ministério da Economia e Finanças executará o programa, que também busca desenvolver de modo mais ordenado os mercados de capital e financeiro e apoiar a oferta de serviços financeiros a pequenas e microempresas.

FUNDO MULTILATERAL DE INVESTIMENTOS

Argentina: US$3 milhões para a Federación Agraria Argentina para elevar as qualificações administrativas e a competitividade de 10.000 pequenos produtores rurais.

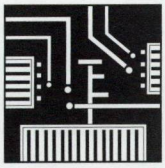
Este programa tem por finalidade canalizar serviços comerciais não financeiros para pequenos produtores agrícolas nas regiões de Córdoba, Cuyo e Pampas. Os serviços concentrar-se-ão nas qualificações nas áreas de gestão, planejamento e *marketing* necessárias à adaptação às mudanças do meio ambiente macroeconômico.

Belize: US$1.147.000 para ajudar pequenos fazendeiros e pescadores a identificar novos mercados e produtos.

Os recursos serão usados para assistência técnica a pequenos produtores que desejem desenvolver novos mercados e melhorar a produtividade, qualidade e planejamento. A Câmara de Comércio de Belize criará um sistema de informações de mercado para proporcionar melhor acesso a informações nacionais e internacionais sobre preços, requisitos de importação, compradores potenciais, investidores e outros elementos.

O Belize Institute of Management Ltd., que levará a cabo o programa, fornecerá treinamento em planificação e em projeto de sistemas de controle de qualidade. Este é o primeiro projeto de Belize financiado pelo Fumin.

Chile: US$6 milhões em apoio da transferência e adoção de tecnologias por pequenas empresas.



O programa será efetuado em conjunto com a Fundação Chile, uma instituição privada de transferência de tecnologia. A Fundação co-financiará a operação com um subsídio de US$3,3 milhões e US$3 milhões em investimento de capital. Os recursos do Fumin incluirão um subsídio de US$3 milhões e um investimento acionário no mesmo valor.

A experiência visa transferir tecnologia para empresas existentes, criar novas empresas de base tecnológica e transferir a experiência para outros países da região.

O programa criará um fundo de transferência de tecnologia com subsídios do Fumin e da Fundação Chile. O fundo financiará projetos basicamente para os setores da aqüicultura, madeira e agroindústria.

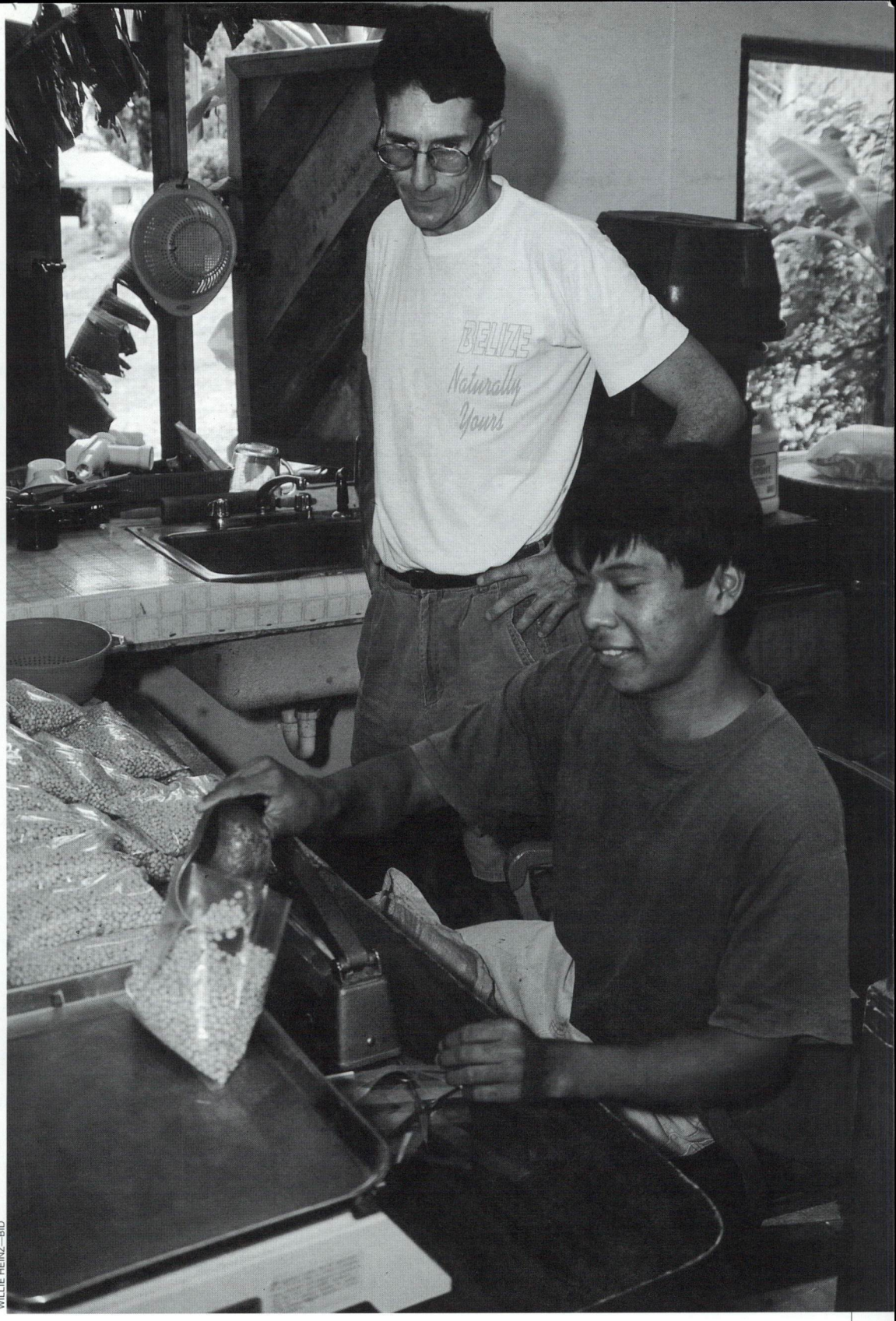
Um segundo componente usará investimentos acionários do Fumin, Fundação Chile e outros investidores para criar um fundo de capital de risco a fim de apoiar a fase de desenvolvimento comercial de novas tecnologias e de firmas de base tecnológica.

Já se comprometeram com este fundo a Ventana, um fundo de capital de risco sediado nos Estados Unidos (US$15 milhões); a Corfo, a corporação estatal de desenvolvimento chilena (US$8 milhões); e a Euro-Chile (US$2 milhões), uma instituição de desenvolvimento financiada pela União Européia.

Equador: US$720.000 para um novo sistema de solução de disputas comerciais.

Os fundos serão usados para desenvolver um processo para resolver disputas comerciais sem recorrer à justiça tradicional, lenta e cara.

O programa financiará centros de treinamento em soluções alternativas de disputas comerciais e divulgará informações sobre técnicas importantes.



WILLIE HEINZ–BID

Comida saudável nos trópicos

Christopher Lowe, proprietário da Fruit A Plenty, em San Ignacio, Belize, supervisa um empregado que empacota soja. A loja vende desde gelatina de algas até chá de ervas e coco seco, passando por granola em barra feita em casa. Recentemente, Lowe usou um empréstimo de US$5.000 do BID, gerido pela Fundação Nacional do Desenvolvimento, para comprar matéria-prima e ampliar seus esforços de comercialização.

DAVID MANGURIAN—BID

Em Santo Domingo de los Colorados, Equador, 35.000 árvores foram plantadas com recursos do BID.

MEIO AMBIENTE

Mais verde nas cidades

A meta são nove metros quadrados por pessoa

Embora milhões de latino-americanos estejam conseguindo emprego, escola, serviços de saúde e um futuro melhor para seus filhos nas cidades, a maioria sente-se lograda em matéria de meio ambiente.

Com cerca de 3,5 metros quadrados de área verde por morador urbano, a região está muito aquém do padrão internacional, pelo menos nove metros quadrados, segundo a Organização Mundial da Saúde. O crescimento urbano, rápido e sem planejamento, agrava o problema.

Encontro de peritos. Embora as autoridades municipais reconheçam a necessidade de áreas verdes, quase não existem na região publicações ou intercâmbio de informações sobre o assunto. A fim de contribuir para preencher esta lacuna, o BID patrocinou "Áreas Verdes Urbanas na América Latina e do Caribe", seminário realizado na cidade do México em dezembro passado.

Durante três dias, cerca de 280 prefeitos, administradores urbanos e de áreas verdes, representantes de organizações não-governamentais e consultores de 26 países trocaram experiências e fizeram recomendações. A Universidade Autônoma de Chapingo foi a sede do evento.

No encerramento do seminário, os participantes recomendaram que o BID incluísse a gestão das áreas verdes em todos os seus programas de desenvolvimento ambiental, para ajudar os países membros mutuários a alcançar o padrão internacional de nove metros quadrados de área livre por habitante. Decidiram também criar uma rede regional de, gestão de áreas verdes.

Após o seminário, mais de 80 pessoas freqüentaram um curso de gestão e cultivo de árvores em áreas urbanas, organizado com ajuda da universidade e das sociedades nacionais de arboricultores do México e do Brasil.

Os participantes também visitaram áreas de reflorestamento urbano na cidade do México financiadas pelo BID.

O primeiro do gênero

Os participantes do seminário do México sobre áreas verdes urbanas receberam o primeiro manual a respeito do assunto elaborado especificamente para a América Latina e o Caribe.

Segundo a *Introduction to Urban Greening*, escrito com apoio do BID por Mark Sorensen, da Universidade de Brownsville, Texas, um dos problemas dos urbanistas é como estipular um valor às áreas verdes, de modo a permitir decisões financeiras em relação a elas.

Além dos benefícios tangíveis, como espaço para hortas, as áreas verdes urbanas proporcionam confortos como a redução do ruído e ar e água mais limpos. O manual analisa os benefícios juntamente com técnicas para atribuir valor econômico a benefícios intangíveis. Descreve também os passos necessários para lançar um programa de áreas verdes urbanas.

Para receber uma cópia do manual e de materiais do seminário, tel: (202) 623-3543; end. eletr. marian@iadb-org; internet, acesse http://www.laneta.apc.org/sruach/seminar.